

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
1	Moção de Apoio à Doação de Órgãos/Tecidos	Conforme lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, todos os brasileiros seriam potenciais doadores de órgãos/tecidos, a não ser que houvessem registro de manifestação expressa contrária. Desde modo, a partir da medida provisória nº 1718-1, de 05 de novembro de 1998, ficou determinado que a família será a responsável pela ato final daqueles que não fizeram sua opção em documentos de ser ou não doador de órgãos/tecidos. A doação é sem duvida: "Um ato de solidariedade, resultante da conscientização de que, afinal, qualquer um de nós pode estar sujeito à necessidade de um transplante." Outrossim, nós da 3ª Conferência Nacional das Cidades, abaixo assinados, solidarizamos e expressamos as autoridades desde país, medidas "Urgentíssimas" quanto a implementação de se estruturar, em todos os estados brasileiros, centros hospitalares que possam atender as reais necessidades na captação e transplante desses órgãos/tecidos.
2	Moção de Repúdio à violação de Direitos Humanos ocorrido nas delegacias do Pará	Através desta, repudiamos a hipocrisia do delegado do Pará, Raimundo Benassuly, e sua declaração que a jovem de 15 anos que foi presa com mais de 20 homens em uma cela da carceragem da cidades de Abaetetuba, tem problemas mentais e que, por isso, não teria reagido as barbaridades às quais foi submetida. Repudiamos o sistema carcerário que permite que mulheres sejam presas com homens, que estas sejam violentadas ou sofram maus tratos sob custódia da polícia ou da justiça. Repudiamos também, todo e qualquer caso de violação dos direitos humanos.
4	Moção de repúdio à organização do evento pela falta de acessibilidade do deficiente físico.	Nós, delegados reunidos na 3ª Conferência Nacional das Cidades, vimos apresentar esta MOCÃO DE REPÚDIO à organização do evento tendo em vista que não houve preocupação em assegurar a mobilidade e acessibilidade aos deficientes físicos, tanto no local de realização do evento, bem como nos hotéis em que estão hospedados esses companheiros.
3	Moção de Repúdio ao Governo da Paraíba	Nós dos Movimentos MNLM, UNIÃO, CONAM, ASDEF, CMP, AUTCPJP, MDM, GAC de Mangabeira, Associação Despertai Companheiros de Cruz das Armas e Associação de Moradores de Salgado de São Felix, vimos na presença deste plenário repudiar a atitude do Governo do Estado da PARAÍBA em utilizar a máquina do estado em prol a sua campanha eleitoral/2006. Sendo assim, o TRE-PB em reafirmar a decisão Nacional das Cidades esperamos a mesma atitude do TSE em reafirmar a decisão tomada pelo TRE-PB e cassar os mandados de todos aqueles que estiverem na mesma situação. Alertamos que esta mesma moção foi aprovada na 3ª Conferência Estadual das Cidades e não foi inserida no relatório final por parte do estado.
6	Moção de Apoio às famílias atingidas pelas obras de barragens e hidrelétricas	O estado brasileiro, em razão da necessidade da execução de empreendimentos que impulsionam o desenvolvimento e crescimento do país, realizará até 2010 um conjunto de intervenções de projetos de infra-estrutura que impactarão socialmente, e ambientalmente várias regiões e comunidades brasileiras, em especial as famílias socialmente mais vulneráveis. Neste sentido, propomos a adoção e consolidação das políticas públicas voltadas à mitigação e reparação das famílias atingidas pelos empreendimentos do PAC, em especial aquelas atingidas pelos reservatórios das barragens das hidrelétricas, com atendimento do Governo para a inclusão social, utilizando os programas sociais de forma prioritária.
5	Moção de Apoio à Inclusão do Movimento Negro no Conselho	Nós, representantes das delegações do movimento negro participantes da III Conferência Nacional das Cidades reivindicamos representação na nova composição do Conselho das Cidades, pois fizemos a construção desta Conferência nos diversos estados. A inclusão da representatividade nacional do movimento negro, para discutir as questões raciais, visto que a Lei nº 10.639/03 inclui o ensino da cultura afro-descendentes dentro das escolas públicas e que o decreto nº 886/03 que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial versando sobre as seguintes ações: 1) ênfase à população negra nos programas de urbanização e moradia; 2) ênfase à população negra nos programas de desenvolvimento regional.
7	Moção de Repúdio e Denúncia da ação de grupos armados na Vila Nova Tatetuba	Nós, delegados reunidos na III Conferência Nacional das Cidades realizada entre os dias 25 e 29 de novembro de 2007, vimos repudiar a ação criminosa de grupos armados que vêm atacando violentamente 40 famílias que estão ocupando um terreno no bairro de Vila Nova Tatetuba no Município de São José dos Campos no Estado de São Paulo. Exigimos uma ação imediata do Poder Público Municipal, Estadual e do Ministério das Cidades visando impedir que ocorra uma tragédia com a morte de algum ocupante e também fazer valer a tão falada "Função Social da Propriedade.

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
13	Moção de Apoio à criação da UFRIDE – Universidade Federal da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal	<p>(Aos Delegados e Delegadas da 3ª Conferência Nacional das Cidades, realizada de 25 a 29 de novembro do corrente ano, no Centro de Convenções de Brasília- DF) <u>Pela Criação da UFRIDE – Universidade Federal da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.</u> O projeto está no <b>MEC</b>, em estudo de viabilidade, e pode ser acompanhado ao protocolo MEC/SESU/DEDES nº043071.2005-10. Os Delegados e Delegadas vêm ao Ministério da Educação e a quem mais possa interessar, promover apoio ao projeto de criação da UFRIDE ou Universidade Federal da RIDE. Foi distribuído nesta Digna Conferência um resumo do projeto aos Delegados e Delegadas, onde a imensa maioria pôde conhecer a realidade cruel por que passa o Entorno de Brasília. Uma população com cerca de 1,7 milhão de pessoas (com)vivendo todos os conflitos possíveis, com uma gama imensa de gente sofrendo com a violência, o desemprego e a miséria. Região altamente rica, porém com sua capacidade e potencial hostilizados. A criação de uma Universidade Federal não somente proporcionaria ensino a nossa população como auxiliaria na construção e no desenvolvimento de uma região (Entorno) completamente abafada pela beleza das oportunidades de Brasília que não chegam a uma região tão grande (área total de 56.474,441KM2). É por isso e por tudo o que está no Ministério da Educação sobre a RIDE que subscrevemos abaixo:</p>
8	Moção de Repúdio à Privatização do Sistema Legal que Coloca o Poder Judiciário a serviço dos Poderosos e Contra o Povo	<p><b>REPÚDIO À PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA LEGAL QUE COLOCA O PODER JUDICIÁRIO A SERVIÇO DOS PODEROSOS E CONTRA O POVO:</b> pobres em geral são presos sem nem saberem porque, e ficam presos até que seu processo “ande”, numa enorme pilha, enquanto ricos, que se enriqueceram de forma no mínimo “miraculosa” a olhos vistos da população, quando presos, dia seguinte são soltos, sempre com base nas brechas da lei, demonstrando que a lei existe para proteger a elite que faz as leis, ou seja, deputados e senadores, privatizados através de campanhas milionárias pagas pelos ladrões de fino trato, que também contratam bancas de advogados que tem em seus quadros EX-MINISTROS DO STF, DO STJ, EX-DESEMBARGADORES, EX-PROCURADORES, ENFIM GENTE BEM APRESENTADA E BEM RELACIONADA NOS CORREDORES DO PODER JUDICIÁRIO. TUDO ISSO CAUSA REVOLTA E INDIGNAÇÃO NA POPULAÇÃO TRABALHADORA E HONESTA que na prática pouco ou nenhum acesso tem ao poder judiciário, a não ser para ser rapidamente condenada, muitas vezes por furto de comida para não passar fome. POR ISSO EXIGIMOS A DESPRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA LEGAL QUE COLOCA O PODER JUDICIÁRIO A SERVIÇO DOS PODEROSOS E CONTRA O PAÍS, E O FIM DAS BRECHAS DA LEI PARA CONCEDER HABEAS CORPUS E SOLTAR CRIMINOSOS DO COLARINHO BRANCO E DE FINO TRATO: que seja aplicada o PLENO DA LEI PARA TODOS, E, NÃO A LEI PARA ALGUNS E AS BRECHAS DE LEI PARA OUTROS. FIM DAS BRECHAS DA LEI JÁ, E UM POUCO MAIS DE DECORO E VERGONHA!</p>

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
10	Moção de Apoio à regulamentação da Lei nº 11.445/07	<p>Resolução Normativa nº 04 do Conselho das Cidades, de 06 de dezembro de 2006. Considerando as orientações da 1ª e 2ª Conferências Nacionais das Cidades que, de forma decisiva, apoiaram a efetiva implementação de uma política de saneamento que avance para a universalização do atendimento, por meio de investimentos públicos continuados, com o compartilhamento de decisões com participação e controle da sociedade e efetiva integração com as demais políticas públicas; Considerando a relevante atuação do Conselho das Cidades durante todo o processo de discussão, com vistas à aprovação da política de saneamento, materializada na lei nº 11.445, de 05/01/2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico”; Considerando que o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho das Cidades, em sua 12ª Reunião Ordinária, realizada em 05/09/2007, aprovou o encaminhamento de moção favorável à continuidade das discussões relativas à regulamentação da lei nº 11.445/2007; Considerando a necessidade de esclarecer e uniformizar a interpretação de diversos aspectos da lei nº 11.445/2007, em especial os relativos aos contratos, aos investimentos federais, ao controle social e aos direitos de usuários e da população brasileira ainda não atendida por serviços públicos de saneamento; Considerando que a Lei Nacional de Saneamento Básico estipula novas obrigações para os prestadores de serviços, a imediata regulamentação se faz necessária para determinar o prazo de transição para novas regras; Considerando que a demora de regulamentação pode comprometer até mesmo o acesso dos prestadores de serviços aos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. E por fim, Considerando o acúmulo de discussão sobre a matéria legal e a minuta de regulamentação, examinada pelas entidades representativas da sociedade civil organizada. Encaminha Moção ao Ministério das Cidades para que remeta, imediatamente, à Presidência da República, minuta do Decreto Presidencial como proposta de regulamentação da lei nº</p>
9	Moção de Repúdio ao Judiciário Federal de Roraima	<p>Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social, é o tema proposto para a Conferência Nacional das Cidades, com o propósito de avançar na política de desenvolvimento urbano com participação popular, marco estabelecido desde a I Conferência Nacional das Cidades em 2003, que instituiu a participação dos vários segmentos da sociedade, sem discriminação de raça, etnia, sexo e idade, para discutir politicamente as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano em suas áreas estratégicas avaliando e propondo. O Governo do Estado de Roraima e a Prefeitura Municipal de Boa Vista (Capital do Estado) por intermédio do judiciário federal de Roraima, (Juiz Federal Helder Girão Barreto), interferiram na decisão da Comissão Nacional de Validação da III Conferência Nacional das Cidades, que invalidou a III Conferência Municipal de Boa Vista – RR, em função da exigência de CNPJ para os movimentos populares poderem participar da Conferência Municipal de Boa Vista, que limitou a participação e comprometeu a correlação de forças na Delegação do Estado para a III Conferência Nacional das Cidades e na formação do Conselho Estadual das Cidades de Roraima. Repudiamos a Ação do Judiciário Federal de Roraima e reafirmamos que as Conferências das Cidades é um espaço democrático de pactuação dos diversos interesses sociais, políticas e resolução dos conflitos urbanos. A Conferência das Cidades é acima de tudo fruto e uma conquista das organizações sociais que avançam no controle social do Poder Público (Judiciário, Executivo e Legislativo), não cabendo nenhum tipo de intervenção pelos poderes, que não seja no interior do plenário da Conferência.</p>
11	Moção de Apoio às Defensorias Públicas da União e dos Estados	<p>Nós abaixo assinados, Delegados, da 3ª Conferência Nacional das Cidades, propomos uma MOÇÃO DE APOIO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS NA LUTA POR ORÇAMENTO DIGNO, PARA QUE AS MESMAS SE ESTRUTUREM E POSSAM MEDIAR E DEFENDER OS MOVIMENTOS SOCIAIS, NA LUTA PELA REFORMA URBANA E NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS.</p>

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
12	Moção de Apoio à Conferência de Segurança Pública	Conferencia de Segurança Publica – que seja levada proposta ao Sr. Ministro da Justiça e ao Secretário Nacional de Segurança Publica, para que realizem, nos moldes das Conferências da Saúde, Conferência das Cidades e outras, a Conferência de Segurança Pública para que possa ouvir os diversos segmentos da sociedade e dessa forma, ajudar a Administração Pública nas tomadas de decisões, investimentos e melhoria da segurança da população procurando formar a polícia e o corpo de bombeiros que o povo precisa, dentro de um Plano Nacional de Segurança Pública. Justificativa: Não haverá desenvolvimento urbano, sem segurança para a população trabalhadora e para os investidores. O governo não investe corretamente no setor e, quando o faz são investimentos temporários, e setorizados, que não atingem a segurança pública de forma geral. A sociedade quer uma segurança mais eficiente, mais moderna, mais próxima do povo, com salários dignos e que atenda as necessidades de todas as classes sociais. A sociedade paga um preço muito alto e não esta sendo ouvida no Planejamento da Segurança Pública Nacional. O Governo Federal deve investir em ações permanentes nos estados e essas ações devem e podem ser delimitadas pela população, por meio de Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Segurança Pública. Realizar conferência, como outros ministérios vêm realizando, e integrar as Políticas Públicas, principalmente nos setores mais essenciais. O governo deve investir em segurança pública e decidir isso com o apoio e orientação popular
14	Moção de Apoio à aprovação da CPMF já pelo Senado	Quem precisa do Estado Democrático e Forte para fazer os investimentos públicos necessários é a população pobre, que é carente de uma casa digna para morar, escola para as crianças estudarem, hospitais para prevenir e recuperar a saúde, saneamento ambiental para acabar com os valões. E não existe Estado forte e democrático se não houver arrecadação. E arrecadação para o Estado são os impostos, e dos impostos, o mais justo é o que todos pagam, até mesmo quem pratica caixa 2, o sonegador, o dinheiro ilegal até mesmo da corrupção, basta passar pelos bancos, que tem que pagar. Esse imposto é o que é taxado na movimentação bancária, a CPMF. Assim, nós, que defendemos o Estado Forte e Democrático, investindo no resgate da cidadania da população pobre, nós, os Delegados da 3ª Conferência das Cidades, aprovamos esta MOÇÃO pela APROVAÇÃO DO CPMF JÁ PELO SENADO FEDERAL.
15	Moção de Repúdio ao Governo do Estado de Maceió	As comunidades SURURU DE CAPOTE, MUVUCA, TORRE E MUNDAÚ, localizada à margem da lagoa Mundaú Maceió – AL, com 2.680 barracos e aproximadamente 6.000 habitantes que vivem em condições precárias, as margens da lagoa, repudia e denuncia a Prefeitura Municipal de Maceió pelo falta de compromisso com essas comunidades. A Prefeitura de Maceió tem disponibilizado uma verba de R\$ 1.500.00,00 (Hum Milhão e quinhentos mil reais), para investimentos nestas comunidades, <b>nas áreas de moradia, saneamento básico, educação, saúde e geração de emprego e renda e políticas de combate a prostituição infantil e drogas.</b> Existe hoje uma ação civil contra a Prefeitura de Maceió pelo juiz Fábio Bitencourt – Juizado da Infância e Adolescência e a Promotora Pública Alexandra Buler para que estes investimentos sejam garantidos. Por outro lado, a Prefeitura tenta de qualquer forma não investir nessas comunidades, e tenta também retirar estas famílias para áreas da parte alta da cidade e desta forma, desrespeitando a cultura dessas famílias que por mais de 20 anos trabalham com a prática da pesca e do marisco.
16	Moção ao Congresso Nacional pela aprovação imediata do PL 018/2002 que prevê a utilização do FGTS para compra de lotes para habitação social	Os delegados e as delegadas da III Conferência Nacional das Cidades, realizada entre os dias 25 e 29 de novembro de 2007, em Brasília, Distrito Federal, pedem aos senadores e senadoras e aos deputados e deputadas federais a imediata aprovação do Projeto de Lei nº 18/2002, de autoria do deputado Geraldo Magela, que prevê a utilização do FGTS para compra de lotes para habitação social. Este projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está na pauta do Senado Federal, aguardando votação. O déficit habitacional brasileiro é enorme. Medidas que possibilitem a um número maior de pessoas ter acesso à habitação sempre são bem vindas. No caso do Projeto de Lei nº 18/2002, a permissão do uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço servirá para diminuir este déficit, pois possibilitará a um grande número de famílias comprar um lote e construir diretamente sua casa. Isto favorecerá aos segmentos mais necessitados da população brasileira e fará justiça social. Pedimos aos parlamentares de todos os partidos que aprovelem este projeto e ajudem a diminuir a angústia das famílias que não tem onde morar.

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
17	Moção de Repúdio aos leilões das áreas promissoras em petróleo e gás	<p>não possuem grandes reservas, procuram poupar suas próprias reservas; considerando que nos últimos anos o preço do petróleo no mercado internacional triplicou de valor; considerando que os países ricos estão usando os preços elevados como forma de conter consumo de petróleo, o que significa que os preços tenderão a aumentar; considerando que as empresas estrangeiras não terão o mesmo zelo em explorar da forma mais racional possível, mas sim da forma a maximizar e antecipar os lucros, podendo causar perdas nos reservatórios; considerando que a guerra mais impactantes dos últimos tempos tiveram como pano de fundo o controle do petróleo, como por exemplo, a invasão do Iraque, a tentativa de derrubar Hugo Chaves e a constante ameaça de invadir o Irã; considerando que as empresas não tem compromisso em comprar equipamentos e componentes da industria do petróleo e gás no Brasil, como por exemplo, navios e plataformas, gerando desemprego e miséria em nosso país. Então, como legítimos brasileiros, exigimos do governo Lula a <b>SUSPENSÃO IMEDIATA DOS LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO E GÁS</b> e caminhar para a <b>RENACIONALIZAÇÃO DO SETOR PETRÓLEO E RENACIONALIZAÇÃO DA PETROBRÁS</b>, haja visto que a auto-suficiência combinada com os altos preços do petróleo no mercado internacional, contabilizando o petróleo produzido pela Petrobrás a preços internacionais, representarão lucros cada vez maiores para a Petrobrás e também para empresas estrangeiras que já dominam mais da metade do total de áreas promissoras, e com isso cada vez maiores remessas de recursos a título de pagamento aos acionistas estrangeiros, representando, por sua vez, sangria dos recursos da</p>
19	Moção em defesa da vida	Rio São Francisco, Transposição não, Revitalização Sim.
18	Moção de Apoio à realização da Conferência Nacional de Comunicação	Os delegados da 3º Conferência Nacional das Cidades apoiam a realização da I Conferência Nacional de Comunicação
20	Moção pelo desenvolvimento, contra as amarras neoliberais	<p>Os delegados e delegadas à 3ª Conferência Nacional das Cidades, considerando as importantes conquistas sociais e democráticas implementadas pelo governo Lula, reafirmam seu compromisso com a luta pelos direitos sociais e o crescimento econômico do país, mediante o fortalecimento do Estado brasileiro com a priorização dos investimentos nas políticas sociais e na infra-estrutura. Ao mesmo tempo, tem se travado na sociedade brasileira, uma batalha pela superação do modelo econômico que só beneficia o capital privado e muito prejudica a nação brasileira. A 3ª Conferência Nacional das Cidades reafirma a necessidade de combate sem tréguas às amarras neoliberais que, através dos juros altos, da ciranda financeira, das privatizações, do superávit primário e da priorização do pagamento das dívidas externa e interna, obstaculizam o desenvolvimento soberano e sustentável com distribuição de renda. É necessário e urgente que se implemente ainda mais as políticas que permitam o desenvolvimento das cidades brasileiras e a reforma urbana, gerando mais empregos e ampliando as possibilidades de um combate mais eficaz às desigualdades sociais.</p>
22	Moção de Repúdio à Privatização da Segurança Pública a Serviço dos Poderosos e Contra o Povo	<p>demonstrando, na prática, que a segurança pública esta sob controle de interesses privados. Não bastasse isso, quase sempre os donos dessas empresas de segurança são ligados ao serviço público, como parlamentares, membros do Poder Executivo, oficiais da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Forças Armadas, usando seus cargos para facilitar o uso do aparato público para complementar a segurança que vendem, na verdade oferecendo a facilitação do acesso à segurança pública, e fazendo com que o interesse pela segurança pública seja desviada para preservar os bens privados das grandes corporações em detrimento à segurança dos seres humanos que são simples trabalhadores e geradores das riquezas do sistema. Com essa privatização da segurança esse ramo de negócio tão mais prosperará quanto pior for o serviço de segurança pública. Não bastasse isso, há um verdadeiro boicote à implantação, em larga escala, do policiamento comunitário, que é uma forma de policiamento onde os policiais interagem com a população, visando a segurança desta e não a polícia contra esta. Tudo isso se alia aos péssimos salários dos policiais, e à legalização do “segundo emprego”, praticamente forçando os policiais públicos a “trabalharem” para algum atravessador de mão de obra de segurança privada, para poderem sustentar honestamente suas famílias. Conclui-se que não haverá segurança pública voltada para a população trabalhadora enquanto continuar a promiscuidade e a privatização disfarçada da segurança pública. Assim, se faz necessário exigir remuneração justa para os policiais, fim do segundo emprego e proibição de quem ocupa ou ocupou cargo público, ser sócio ou ter vínculo com empresas de segurança privada. Por essas razões nós</p>

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
23	Moção de Repúdio ao Ministério das Comunicações e Anatel	Os Movimentos Populares e Delegados da 3ª Conferência Nacional das Cidades, abaixo identificados assinam e subscrevem esta moção de repúdio. Pela ação de repressão junto as rádios comunitárias e contra a morosidade nas liberações das outorgas de concessão, para o funcionamento das mesmas. A sociedade brasileira e os Movimentos Sociais e Populares têm consciência e clareza de que é TITULAR desde direito, RÁDIO COMUNITÁRIA, Entretanto hoje sonegado e subtraído por uma casta que deseja manipular informações vitais à sociedade e ao povo. E o mais triste, com a “cumplicidade” deste órgão que tem a missão constitucional, como GESTOR deste direito de fazer cumprir a liberação do Funcionamento das Rádios Comunitárias.
24	Moção de Apoio ao Financiamento Exclusivamente Público para Campanhas Eleitorais	<b>2) FINANCIAMENTO EXCLUSIVO PÚBLICO PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS A CARGOS PÚBLICOS ELETIVOS. JUSTIFICATIVAS:</b> É preciso desprivatizar as campanhas eleitorais, para evitar legisladores e ocupantes de cargos públicos que tenham compromissos amarrados com os interesses privados de corporações que tenham financiado suas campanhas, e prometido financiar a próxima campanha. Assim, se queremos que <b>os ocupantes de cargos públicos tenham de fato compromisso com público</b> , com os seres humanos e não com as corporações empresariais e lobistas, é necessário que todas as entidades e pessoas que desejam <b>transparência</b> , lutemos para que a legislação seja adequada no sentido de que <b>o financiamento das campanhas eleitorais seja feito por recursos exclusivamente públicos.</b>
21	Moção pela integração da comunidade regional na busca por soluções abrangentes para a viabilização da moradia e inclusão social estabelecendo programas e metas para a criação do trabalho e renda, fortalecendo a cidadania:	<b>Considerando:</b> 1. Que demanda por habitação só aumenta; 2. Que a migração das cidades pequenas para as metrópoles, por falta de condição de emprego e renda, constitui-se num grande problema social, levando famílias inteiras a marginalização, encontrando propostas indignas para suas sobrevivência (prostituição e tráfico, etc); 3. que muitas destas cidades pequenas e médias, <b>têm muitas moradias e lotes desocupados. E</b> , objetivando a busca de soluções em caráter <b>preventivo e orientativo, propomos:</b> a)– Que os estudantes das diversas especializações, interajam com a comunidade visando o apontamento e a solução dos diversos problemas comunitários; b) E com o apoio do Sebrae, Senai, Sesc desenvolvam trabalhos durante o período dos cursos específicos, entregando para a comunidade projetos prontos e que em cada especialidade contem com a ajuda dos outros cursos, <b>formando uma equipe multidisciplinar;</b> c) Que cada turma dos cursos específicos adotem uma cidade ou distrito para lá promoverem a sua reabilitação econômica na busca pelo <b>emprego e moradia digna.</b>
26	Moção de Reivindicação de alteração dos pescadores de camarões 7 barbas	OCEANOGRÁFICA pelos pescadores artesanais de camarão sete-barbas da localidade do farol de São Tomé e adjacências, em face do disposto na legislação existente, definir que as embarcações que tiverem comprimento menor ou igual a 9 metros sejam regularizadas para a pesca do crustáceo. Isso, porque quase 90% da população do farol de São Tomé sobrevive apenas da atividade pesqueira e: 1) Há mais de 3 (três) anos a quantidade do crustáceo capturado no período produtivo, apesar de respeitarem o período do defeso, estar apresentando uma queda significativa e sucessiva; 2) As mulheres da localidade, inclusive as dos pescadores, sobreviverem do trabalho da pesca – descascadoras de camarão; 3) Até 2005 ocorreu vários acidentes com morte, em razão das embarcações terem o comprimento de até 9 (nove) metros, o que não mais aconteceu ao aumentarem o tamanho das embarcações; 4) por 10 (dez) anos a SEAP não liberar novas licenças para embarcações que atuam na pesca do camarão sete-barbas, pois a anterior foi em 1997; 5) estarem os pescadores da região, na iminência de perderem a concessão da permissão de pesca e do credenciamento de pescador profissional, caso suas embarcações não sejam regularizadas, apesar de terem comprovado a atuação na pesca nos anos de 2005/2006 e 2007; 6) O governo divulga o PAC e medidas de incentivo à produção e desenvolvimento sustentável, mas desconhecer as características do mar do farol, que impõe sério riscos às embarcações e pescadores com o comprimento atualmente exigido; 7) Todas as famílias da localidade estarem sob o risco de ficarem excluídas do meio de sobrevivência e da atividade produtiva, caso não sejam tomadas as medidas pertinentes à regularização das
25	Moção de Apoio à Definição Legal da Área Urbana	Definição legal do conceito de área urbana incluindo nesta, as reservas de áreas destinadas à ocupação do território num horizonte temporal máximo de dez anos, sendo que, a delimitação do perímetro urbano estará condicionada á efetiva capacidade de investimento público e a eficiente distribuição da infra-estrutura física e social, fazendo cumprir a função social da cidade em toda área circunscrita por este perímetro.

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
27	Moção de Repúdio à falta de estrutura nas Conferências para mulheres com filhos	Repudiamos a postura dos governos em não possibilitar a instalação de infra-estrutura que viabilizem a plena participação política de mulheres com seus filhos (as) quando da realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional das Cidades.
28	Moção de Repúdio à terceirização	trabalhadores, ou cortará parte, ou todos eles. No serviço público quem ganha a eleição costuma mandar embora todos que eram terceirizados no mandato anterior. É a tortura na mente do trabalhador. Os trabalhadores não sabem se serão aproveitados pela nova atravessadora de mão de obra ou pelo próximo político de plantão, não sabem se vão ter último mês de salário pago, os encargos depositados, e se na rescisão do contrato de trabalho as férias não gozadas e o 13º proporcional serão pagos. É a eterna presença da extorsão, uma vez que quem protesta contra os golpes entram para a lista de exclusão e correm sérios riscos de sair do mercado de trabalho. Não bastasse isso, também não podem reclamar das condições inseguras, do não fortalecimento de equipamentos de proteção à saúde do trabalhador, de ter que trabalhar fora do horário sem marcar ponto e/ou sem receber horas-extras, e no serviço público não raro são constrangidos a virarem cabos eleitorais para tentar salvar o emprego. Também não podem reclamar de terem que fazer trabalhos sem terem recebido a devida capacitação e quase nunca recebem treinamento ou reciclagem profissional, acabando aos poucos sendo excluídos de determinados mercados de trabalho. Não bastasse o terrorismo psíquico, na prática são uma outra casta de seres humanos de terceira categoria em relação aos empregados primeirizados. Nos meios ambientes de trabalho com riscos de contaminação ou acidentes, em geral os terceirizados são usados para a terceirização do risco e descarte de seres humanos contaminados a cada ciclo de tempo antes da doença ocupacional se manifestar. É uma prática desumana. Não há explicação que justifique que uma empresa que precisa de mão de obra, de um contingente de seres humanos, não queira ter vínculos com estes e opte por terceirizar o risco e o
29	Moção para o Fim do Sigilo Bancário e Fiscal para Todos	<b>FIM DO SIGILO BANCÁRIO E DO SIGILO FISCAL PARA TODOS, JUSTIFICATIVAS:</b> A) considerando a necessidade de transparência do fluxo de recursos como uma exigência da sociedade cada vez mais consciente; B) considerando que todas as remunerações de funcionários públicos dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público são publicadas no Diário Oficial; C) considerando os sucessivos escândalos denunciando inadmissível promiscuidade entre o público e o privado; D) considerando que muitas empresas que tentam operar de forma ética sofrem com a pirataria e o caixa 2 praticado por concorrentes desleais e não éticos; E) considerando que as coisas escondidas só interessam aos desonestos; F) considerando que as pessoas honestas nada têm a esconder de quanto ganham, como ganham e como gastam já que são honestos; ENTÃO, como forma de combater a corrupção e a lavagem de dinheiro sujo, o caixa 2, a pirataria, a sonegação, propomos como URGENTE a mudança na legislação para acabar completamente com o sigilo bancário e com o sigilo fiscal para todos, com total e completa transparência em todas as operações bancárias e fiscais. Quem é honesto, tem fonte de renda conhecida e não precisa nem do sigilo bancário nem de sigilo fiscal. Sigilo bancário e sigilo fiscal são para proteger caixa 2, ladrões, estelionatários e sonegadores.
30	Moção de Solidariedade aos funcionários da UFMT assassinados em 28/11/07	O Seguimento de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, reunido na 3ª Conferência Nacional das Cidades, se solidariza com a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e com os familiares e amigos da professora Pró-Reitora <b>Sorahia Miranda Lima</b> , do professor <b>Alessandro Luiz Fraga</b> e do Técnico – Administrativo, <b>Luiz Mauro Pires</b> , assassinados, em suposto assalto, à meia noite e meia de hoje. Igualmente, exige das autoridades a mais rápida investigação e elucidação dos fatos.
31	Moção de Repúdio ao Estado do Amapá	A delegação do estado do Amapá faz esta moção em repudio ao Governador do Estado Amapá, Antônio Waldez Góes da Silva e seu Secretario Especial de Infra-estrutura, Sr. Odival Monterroso, que não respeitou o que foi aprovado pelo plenário, no regulamento da Conferência Estadual das Cidades realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2007, onde foi aprovado no art. 18 que o Governo do Estado custearia as passagens para os delegados eleitos na 3ª Conferência Estadual das Cidades do Amapá. Em nome da garantia das deliberações aprovadas na Conferência do Amapá, assinamos esta moção.

## Moções da 3ª CNC - Válidas com o mínimo de 205 assinaturas, conforme Regulamento

QT	Assunto	Texto Completo
32	Moção de Repúdio ao Governo do Rio de Janeiro e Opportrans	O Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Opportrans, concessionária privada que opera o metrô carioca, estão tentando implementar um projeto provisório da linha 2 do metrô, mediante a utilização de recursos em valores equivalentes a conclusão do projeto original. Este projeto já foi reprovado três vezes por estudos técnicos que mostram a potencialização das condições de risco, além de não atingir os resultados propostos. O metrô, cujo projeto original feito em 1968 e referendado pelo Plano de Desenvolvimento de Transporte Urbano, encomendado pelo Governo do Estado, em 2006, tem um papel fundamental no projeto estratégico de transporte da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os delegados e delegados da 3ª Conferência Nacional das Cidades repudiam esta forma como o Governo do Estado vem tratando o assunto tão relevante para a cidade, sem discussão técnica, sem transparência. Somente com a construção do projeto original o metrô do Rio poderá dobrar sua capacidade, transportando mais de um milhão de usuários/dia. Atendendo melhor toda a população, além de melhorar o sistema de transporte da cidade.
33	Moção de repúdio contra a política do governo do RJ, de continuidade do desmonte das empresas públicas, e conseqüente dispensa de servidores públicos	Os metroviários do Rio de Janeiro, juntamente com os servidores públicos do estado, vem solicitar aos senhores delegados deste plenário, a aprovação da moção de repúdio, contra a política do governo do Estado do Rio de Janeiro, de continuidade do desmonte das empresas públicas, e conseqüente dispensa de servidores públicos, com o intuito de privatização destes serviços, com precarização do atendimento à população.
34	Moção pelo incentivo de energia solar térmica e foto voltaica como forma de abastecer as cidades	Propomos que o Ministério das Cidades articule e elabore através de seus conselhos um programa de incentivo ao uso de energia solar térmica e solar fotovoltaica, como forma de abastecer energeticamente as cidades, garantindo assim, um aporte de energia limpa e renovável para o desenvolvimento urbano e para o PAC – Programa Aceleração do Crescimento. Justificativa: Garantir um Aporte de energia limpa nas cidades a fim de garantir as ações do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Incentivar a implantação de um sistema de produção de energia descentralizado, democrático, de baixo impacto ambiental, possível de ser implantado em qualquer estado brasileiro. Promover a criação de novos postos de trabalho e novas oportunidades de emprego. Promover o acesso a energia elétrica para toda a população, sem necessitar de mega-projetos de infra-estrutura urbana e de transmissão.



<b>QT Assin.</b>
----------------------

610
-----

504
-----

414
-----

405
-----

391
-----

381
-----

367
-----

QT Assin.
364
353

QT Assin.
325
323
313

QT Assin.
301
266
263
249

QT Assin.
249
249
248
244
236

QT Assin.
--------------

236
-----

235
-----

233
-----

233
-----

231
-----

<b>QT Assin.</b>
----------------------

229
-----

228
-----

227
-----

226
-----

226
-----

QT Assin.
219
218
217